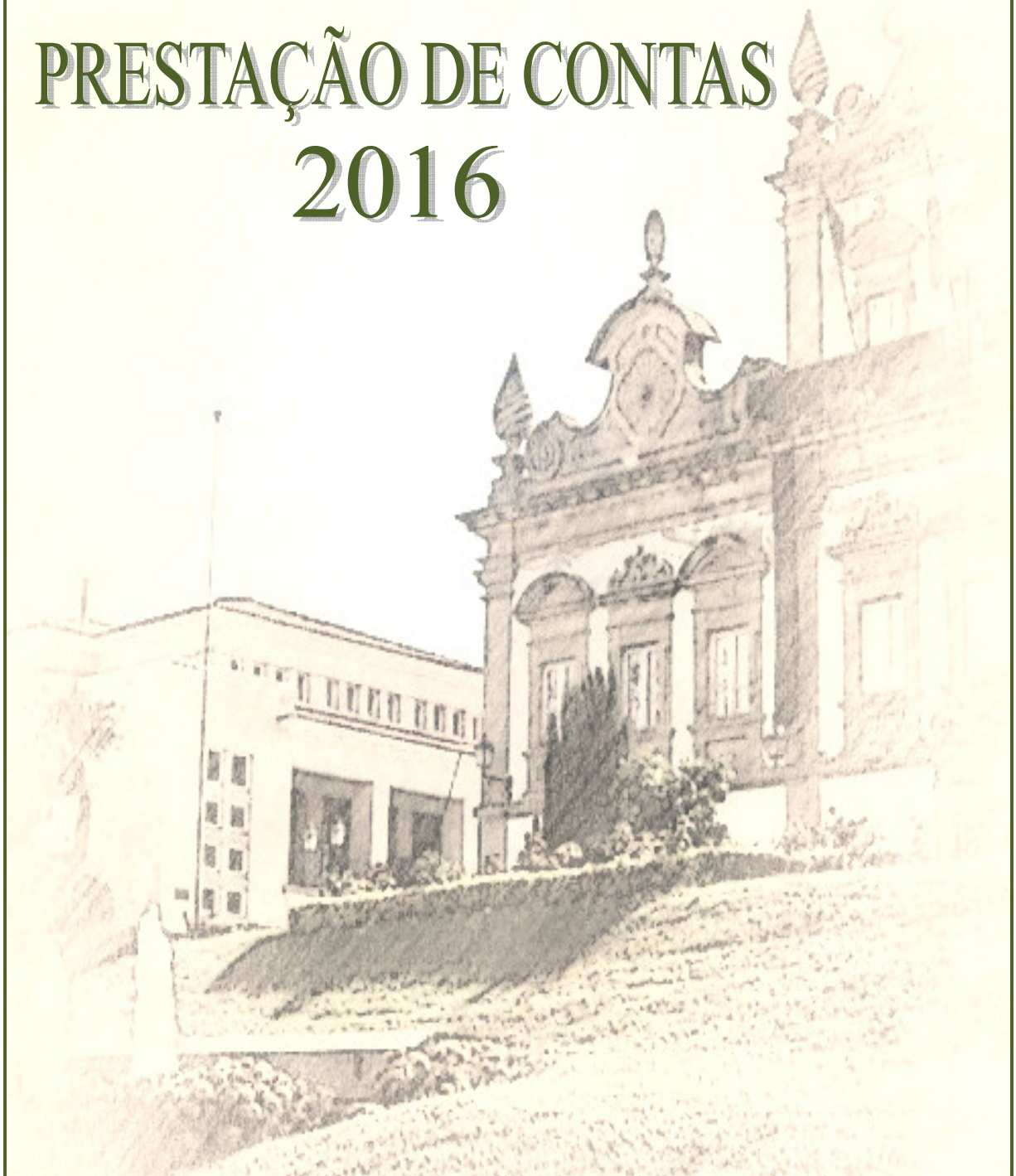
PRESTAÇÃO DE CONTAS
2016



Município de Mirandela

ÍNDICE

I - INTRODUÇÃO 3

II - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Balanço 8
Demonstração de Resultados 12
Mapa de Controlo Orçamental da Receita 13
Mapa de Controlo Orçamental da Despesa 17
Execução do Plano Plurianual de Investimentos 21
Execução do Plano de Atividades Municipal 24
Fluxos de Caixa 26
Contas de Ordem 31
Operações de Tesouraria 32
Resumo Diário de Tesouraria 44
Caraterização da Entidade 45
Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados 47
Certificação Legal de Contas 53
Modificações ao Orçamento da Receita 56
Modificações ao Orçamento da Despesa 59
Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos 63
Modificações ao Plano de Atividades Municipais 67
Receita - Transferências Correntes e de Capital 69
Despesa - Transferências Correntes 70
Despesa - Transferências de Capital 75
Relação dos Contratos 76
Mapa de Empréstimos 79
Outras Dívidas a Terceiros 80
Síntese das Reconciliações Bancárias 98
Mapas de Fundos de Maneio 99
Relação Nominal dos Responsáveis 103
Relação dos Trabalhadores em Situação de Acumulação de Funções 104

III - RELATÓRIO DE GESTÃO

Nota Explicativa 146
1 - CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE 146
1.1 - Identificação 146
1.2 - Estrutura Orgânica 148
2 – ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 149
2.1 - Execução Global do Orçamento 149
2.2 - Receita 153

2.3 - Despesa....158
3 – ANÁLISE PATRIMONIAL....**167**
3.1 - Balanço....**167**
3.2 - Demonstração de Resultados....**168**
4 – DÍVIDA TOTAL....**169**
5 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS....**171**
6 - DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO PSF.....**171**
6.1 - O Empréstimo....**171**
6.2 - Medidas do Plano de Saneamento Financeiro....**171**
6.3 - Execução Orçamental....**186**
6.4 - Balanço....**187**
6.5 - Demonstração de Resultados....**190**
6.6 - Endividamento....**190**

INTRODUÇÃO

Os documentos de Prestação de Contas 2016, para além de integrarem o cumprimento de um requisito legal, pretendem traduzir a atividade municipal durante o ano económico a que estas respeitam, o qual corresponde ao ano civil.

A execução orçamental do Município de Mirandela no ano de 2016 reflete, uma vez mais, o integral respeito pelos compromissos assumidos no Plano de Saneamento Financeiro (PSF) suplantando mesmo muitos desse objetivos, assim como relativamente a todos os mecanismos de controlo e procedimentos determinados pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) e pelas restrições determinadas pelo Orçamento Geral do Estado e regimes jurídicos e legais aplicáveis.

O conceito de ajustamento orçamental, iniciado em 2013, foi também prosseguido no Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2016, com revisão em baixa dos valores provisionais globais. Este ajustamento reflete-se nas elevadas taxas de execução mais uma vez alcançadas quer ao nível da receita quer ao nível da despesa.

R E C E I T A S	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%EXECUÇÃO	%GLOBAL
RECEITAS CORRENTES				
01 IMPOSTOS DIRECTOS	2.954.008,00	3.330.209,75	112.7	16.5
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	118.217,00	128.172,74	108.4	0.6
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	736.148,00	255.731,11	34.7	1.3
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.227.000,00	1.120.124,60	91.3	5.5
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.939.307,00	9.860.759,54	82.6	48.8
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	3.411.441,00	3.419.420,59	100.2	16.9
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	115.000,00	87.542,90	76.1	0.4
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	20.501.121,00	18.201.961,23	88.8	90.0
RECEITAS DE CAPITAL				
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	315.600,00	80.725,00	25.6	0.4
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.146.988,49	1.553.968,72	37.5	7.7
11 ACTIVOS FINANCEIROS				
12 PASSIVOS FINANCEIROS				
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	120.000,00			
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	4.582.588,49	1.634.693,72	35.7	8.1
OUTRAS RECEITAS				
14 RECURSOS PRÓPRIOS COMUNITÁRIOS				
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	10.000,00	1.260,81	12.6	0.0
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	388.752,96	388.752,96	100.0	1.9
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	398.752,96	390.013,77	97.8	1.9
TOTAL GERAL	25.482.462,45	20.226.668,72	79.4	100.0

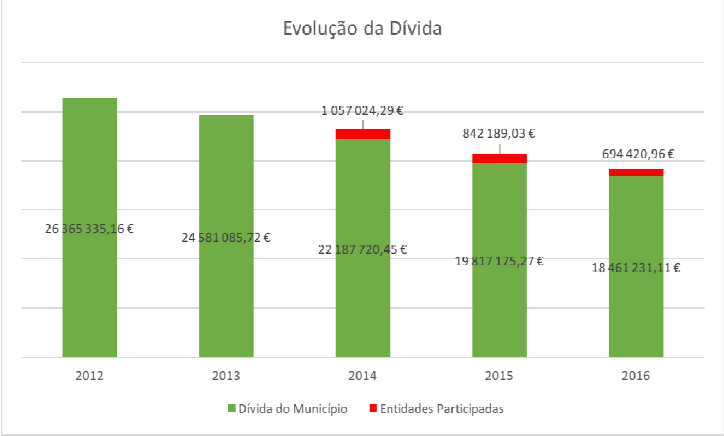
No ano de 2016, sendo um ano de transição de Quadros Comunitários, registou-se uma natural descida nas receitas de capital provenientes desse tipo de financiamento, no entanto, manteve-se a opção de não recorrer a receitas extraordinárias, nomeadamente empréstimos, optando-se sim por assumir um estado de equilíbrio que permita responder às necessidades que vão ser colocadas pelo novo Quadro Comunitário.

No exercício de 2016 foi mais uma vez foi assumida a afetação de receita corrente a despesas de capital, permitindo assim o reforço de verbas para investimento e reforçando as boas práticas de equilíbrio orçamental, num ano caraterizado pela pouca execução do PPI pelos motivos já expostos.

No que se refere ao orçamento da despesa corrente, manteve-se em 2016 a tendência de redução que tem vindo a ser operada nos últimos anos. As despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços são as que merecem maior destaque com protagonismo para as componentes de maior dimensão, tais como o fornecimento de água para abastecimento humano e tratamento de águas residuais, a recolha e o tratamento de resíduos urbanos, as despesas com educação, nomeadamente transportes escolares e refeições, energia entre outros.

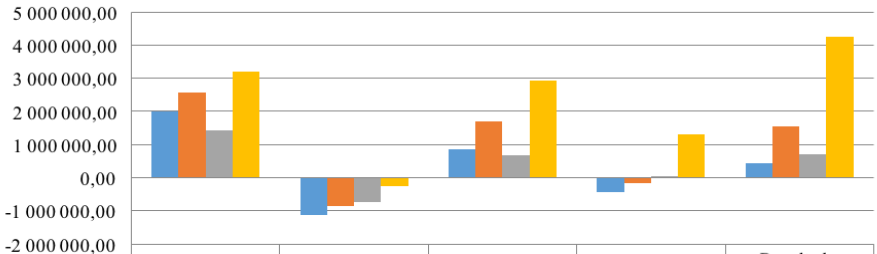
D E S P E S A S	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO	% GLOBAL
DESPESAS CORRENTES				
01 DESPESAS COM O PESSOAL	5.721.145,61	5.638.630,70	98.6	28.8
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	10.584.850,00	7.925.956,00	74.9	40.5
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	398.094,00	344.824,66	86.6	1.8
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.595.910,00	1.382.833,24	86.6	7.1
05 SUBSÍDIOS	312.000,00	287.016,50	92.0	1.5
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	174.500,00	131.260,93	75.2	0.7
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	18.786.499,61	15.710.522,03	83.6	80.3
DESPESAS DE CAPITAL				
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	4.486.992,84	1.806.442,50	40.3	9.2
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	536.700,00	367.181,88	68.4	1.9
09 ACTIVOS FINANCEIROS	140.949,00	139.948,00	99.3	0.7
10 PASSIVOS FINANCEIROS	1.530.321,00	1.528.846,79	99.9	7.8
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00			
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	6.695.962,84	3.842.419,17	57.4	19.7
TOTAL GERAL	25.482.462,45	19.552.941,20	76.7	100.0

Ao nível do endividamento manteve-se a tendência de redução sustentada e gradual, tendo sido integralmente cumprido o plano de redução de pagamentos em atraso, salientando-se que assumindo o contributo das diferentes entidades que relevam para efeitos de apuramento da dívida total de cada município, o facto é que em 2016 foi possível atingir um valor de dívida inferior ao limite legal em 7.366.277,00 €.



De realçar que as diversas aquisições de património realizadas em 2016, como a do edifício do Instituto Piaget, contribuiram para uma menor redução deste valor de endividamento, no entanto, foi mantida e garantida a tendência de redução.

No **Relatório de Gestão 2016** pode ser observada uma análise detalhada dos principais indicadores e dados da execução financeira, sendo de destacar na Demonstração de Resultados a evolução positiva de todos os resultados com natural destaque para um Resultado Líquido do Exercício de **4.247.239,91€** que traduz de forma concreta a determinação e eficácia da atual gestão municipal.



	Resultados operacionais	Resultados financeiros	Resultados correntes	Resultados extraordinários	Resultado líquido do exercício
2013	1 985 569,69	-1 136 758,93	848 810,76	-427 475,22	421 335,54
2014	2 576 135,65	-866 135,32	1 710 000,33	-166 620,89	1 543 379,44
2015	1 435 491,09	-749 641,37	685 849,72	4 669,81	690 519,53
2016	3 204 888,67	-268 239,98	2 936 648,69	1 310 591,22	4 247 239,91

A execução do ano de 2016 foi caracterizada pela conclusão definitiva do Quadro Comunitário e por um processo de planeamento iniciado já em 2015 de preparação para o novo Quadro Comunitário Portugal 2020, registando-se uma diminuição no investimento apoiado por fundos comunitários.

No entanto, foi um ano de elaboração e concretização de planos, projetos e candidaturas que gradualmente foram obtendo aprovação respresentando uma elevada perspetiva de investimento para os anos seguintes, traduzido num volume de aquisições de bens e serviço lançadas a concurso em 2016 de 9.351.688,70 €.

Desde logo a contratualização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) nas vertentes do Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS), o Plano de Ação para a Reabilitação Urbana (PARU) e o Plano de Ação para Intervenção em Comunidades Desfavorecidas (PAICD), que representam um investimento de 14.500.000,00€ com um apoio FEDER de 11.000.000,00€ já reforçados em 10% em 2017, representa o maior volume destas intervenções.

Associa-se ainda a realização de todos os projetos e as candidaturas das intervenções no Parque Escolar Municipal a que teve que se somar a Escola Secundária de Mirandela uma vez que a Parque Escolar, EPE não assumiu a sua execução, sendo que estes projetos resultam do apoio técnico da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana assim como os projetos do PEDU resultam essencialmente das equipas técnicas municipais.

O projeto de expansão da Zona Industrial, com a aquisição dos terrenos necessários, os projetos de eficiência energética, de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, ou de reabilitação energética de pavilhões municipais, são alguns dos exemplos de um processo de planeamento em projeto para responder aos desafios de um novo Quadro Comunitário e que em 2017 já apresentou resultados com diversas candidaturas aprovadas.

Um ano também dedicado à aquisição de património essencial para a concretização de algum destes projetos com destaque para o edifício do Instituto Piaget mas também para os terrenos necessários para a expansão da Zona Industrial, assumindo a tendência de cada vez mais aumentar e valorizar os ativos do património municipal.

Não obstante esta orientação estratégica não foi comprometido o apoio e incentivo à sociedade civil local, quer ao nível desportivo, quer ao nível cultural, recreativo ou social. A relevância das transferências correntes e de capital efetuadas para as diversas entidades e instituições traduzem claramente o papel preponderante que o Município de Mirandela tem na dinamização da sociedade civil, na promoção territorial e na dinamização económica do concelho.

No exercício de 2016 é também assinalada a continuidade do apoio à construção e recuperação de diversos equipamentos sociais e religiosos, a conclusão do apoio ao Quartel de Bombeiros de Torre de Dona Chama ou à reabilitação da sede da Associação de Socorros Mútuos, o Quartel da GNR de Torre de Dona Chama, a Casa Mortuária de Carvalhais, entre outras intervenções pontuais, mas de particular importância para as populações. A essas transferências financeiras é necessário ainda associar os apoios em cedências de instalações, consumos, transportes e disponibilidade de equipamentos que, frequentemente ignorados, representam também pesados encargos.

O **Relatório de Atividades 2016** traduz de forma sintética as atividades dos múltiplos serviços municipais relevando um importante papel no apoio ao munícipe e de cumprimento integral das competências municipais de salvaguarda da salubridade, do ambiente urbano, das acessibilidades e, essencialmente, no bem-estar dos munícipes de forma generalizada.

A gestão de 63 captações de água, 11 estações elevatórias, 42 estações de tratamento de água, 77 reservatórios, 119 Km de condutas adutoras e 350 Km de condutas de distribuição, associadas a 14.000 contadores de água, 215 Km de condutas de saneamento, 59 ETAR´s, 29 estações elevatórias e 12 fossas sépticas, de 346.301 m^2 de áreas verdes, 427 canteiros e matas, os 27 espaços infantis, as 27 instalações sanitárias públicas, as 367 ações de remoção de ervas infestantes, as 670 intervenções por administração direta, os 174 *desktop* e os 26 servidores, os 158 Km de estradas municipais, os 60 Km de caminhos municipais e 30 km de caminhos rurais, os 627 requerimentos de urbanismos informados, os 5684 visitantes do Museu Municipal, as 270 utilizações do Auditório Municipal ou os 594 eventos diversos realizados são alguns, poucos

exemplos bem representativos da diversidade, dimensão e mesmo complexidade dos serviços municipais.

A competência de toda a estrutura dirigente e o empenho, nem sempre reconhecido, de todos os colaboradores e colaboradoras municipais, não se resume certamente à síntese traduzida do Relatório de Atividades 2016, sendo apenas demonstrativa da multiplicidade de serviços e tarefas que diariamente são realizadas por toda a estrutura em prol dos munícipes. Esta dedicação, determinação e competência foram reconhecidas pelo processo de Certificação em Qualidade que foi recentemente mais uma vez renovada, processo de cariz interno fortemente participado, envolvendo toda a estrutura e recursos municipais e que se concretizou na certificação **integral** de todos os processos e procedimentos propostos de forma transversal a todos os serviços da Câmara Municipal.

A forte redução de recursos humanos que se registou nos anos recentes tem sido essencialmente compensada por esta dedicação, este esforço e este empenho em prol dos munícipes e das suas necessidades.

O presente documento demonstra de forma clara e transparente a atividade da Câmara Municipal de Mirandela durante o ano de 2016, traduzindo também a determinação em continuar a enfrentar as dificuldades não deixando de contribuir de forma evidente para o desenvolvimento integrado e coeso do concelho de Mirandela e da sua população em geral.

Enquadramento legal:

Nos termos do n.º 1 do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, do n.º 2 do Ponto 2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL, na sua atual redação, e em cumprimento da alínea *i)* do n.º 1 do art.º 33.º, do n.º 2 do art.º 27.º e da alínea *l)* do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, submetem-se à aprovação da Câmara Municipal, para posterior apreciação e avaliação da Assembleia Municipal, os Documentos de Prestação de Contas, com referência a 31 de dezembro de 2016.

Mirandela, 21 de abril de 2017.

O Presidente da Câmara Municipal;

António José Pires Almor Branco